A DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

THE DIFFICULT CONCILIATION BETWEEN THE DEVELOPMENT AND THE SUSTAINABILITY OF TOURISM

LA DIFÍCIL CONCILIACIÓN ENTRE EL DESARROLLO Y LA SOSTENIBILIDAD DEL TURISMO

Rafaella Soares Espínola[1]

Maristela Oliveira de Andrade[2]

RESUMO

O artigo objetiva realizar uma reflexão sobre o paradoxo dos princípios de desenvolvimento e sustentabilidade no turismo buscando apontar os efeitos da crise ecológica na atividade e discutir suas principais perspectivas. Trata-se de uma discussão de cunho teórico, de método qualitativo e abordagem descritiva, que evidencia a complexidade e dificuldade de conciliação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade no turismo além de questionar o modelo de desenvolvimento que os países emergentes almejam seguir. Concluiu-se que apesar dos entraves, o desenvolvimento sustentável, com ênfase nas especificidades locais, apresenta-se como o caminho mais indicado em direção a uma sociedade mais justa e consciente nas esferas econômica, social e ambiental.

Palavras- Chave: turismo sustentável; desenvolvimento; sustentabilidade.

SUMMARY

The paper aims to develop a reflection on the paradox of the principles of sustainability in tourism development and seeking to identify the effects of the ecological crisis in the activity and discuss their top prospects. This is a theoretical discussion, of qualitative method and descriptive approach, which highlights the

[1] Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba -UFPB, Graduada em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba -UFPB, Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: rafaellafr@hotmail.com.

[2] Professora da Universidade Federal da Paraíba (PRODEMA e PPGA), Doutora em Antropossociologia das religiões (Univ. Paris III-IHEAL). E-mail: andrademaristela@hotmail.com.

complexity and difficulty of reconciling economic growth and sustainability in tourism beyond question of the development model that emerging countries want to follow. It was concluded that despite the obstacles, sustainable development, with emphasis on local specificities, presents itself as the most suitable path toward a more just society and conscious in the economic, social and environmental spheres.

Keywords: sustainable tourism; development; sustainability.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo desarrollar una reflexión sobre la paradoja de los principios de la sostenibilidad en el desarrollo turístico, tratando de identificar los efectos de la crisis ecológica en la actividad y hablar de sus mejores prospectos. Esta es una discusión teórica, de método cualitativo y enfoque descriptivo, que pone de relieve la complejidad y la dificultad de conciliar el crecimiento económico y la sostenibilidad en el turismo fuera cuestionar el modelo de desarrollo que los países emergentes quieren seguir. Se concluye que a pesar de los obstáculos, el desarrollo sostenible, con énfasis en las especificidades locales, se presenta como el camino más adecuado hacia una sociedad más justa y consciente en las esferas económica, social y ambiental.

Clave: turismo sostenible; desarrollo; sostenibilidad.

Introdução

O turismo é uma das atividades que mais crescem no planeta, responsável por grande parte do crescimento econômico de alguns países emergentes. Mas o crescimento econômico do produto interno bruto (PIB) nem sempre está condicionado a um desenvolvimento, traduzido em melhorias nas condições de vida das comunidades envolvidas e aumento do índice de desenvolvimento humano (IDH). Promover um crescimento que traga desenvolvimento já é uma tarefa bastante árdua, e mais ainda se esperarmos que este desenvolvimento seja sustentável do ponto de vista ambiental. Desta forma, a reflexão que aqui propomos está condicionada a uma questão elementar: Como o turismo pode promover o desenvolvimento e a sustentabilidade simultaneamente, se o seu desenvolvimento

pressupõe a exploração dos recursos naturais e necessariamente a produção de diversos impactos?

Neste sentido, a conciliação entre o crescimento econômico que promova desenvolvimento e a questão ambiental é uma polêmica que se arrasta há muitos anos e na qual, na maioria das vezes, o que prevalece são os objetivos econômicos.

A partir do fenômeno intitulado de "crise ecológica", apresentado por Leff (2009) em sua obra *Saber Ambiental*, percebe-se que esta crise vem discutir a racionalidade e os paradigmas econômicos, filosóficos, que incitaram e legitimaram o crescimento econômico, em detrimento da natureza. A degradação ambiental se apresenta como "sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza" (LEFF, 2009, p.17). A crise coloca em questão as próprias bases de produção apontando para a necessidade de desconstrução do paradigma econômico da modernidade em favor de outro modelo fundado "nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana" (LEFF, 2009, p.17).

Neste contexto, o artigo objetiva realizar uma reflexão sobre o paradoxo dos princípios de desenvolvimento e sustentabilidade no turismo buscando apontar os efeitos da crise ecológica na atividade e discutir suas principais perspectivas. Para isso, buscou-se apresentar o turismo dentro de uma perspectiva sistêmica de forma a evidenciar as intrínsecas relações entre a atividade e o meio ambiente e seus impactos, para em seguida compreender os efeitos dessa crise na atividade bem como a preocupação com o turismo sustentável. Por fim, faremos uma reflexão crítica sobre a questão da responsabilidade socioambiental, citando o exemplo dos ecoresorts, para estimular o debate da viabilidade dessas medidas que apesar de válidas não rompem ainda com a racionalidade capitalista, que traz sérios prejuízos ao meio ambiente.

O turismo em sua perspectiva sistêmica e seus impactos

De acordo com Molina E. (2001, p.145) o turismo analisado dentro da perspectiva sistêmica é um sistema aberto, interdependente, que promove

intercâmbios com o meio que o cerca, e que, por consequência, não é auto-suficiente, o que leva o autor a concluir que o sistema turístico não pode se expandir indefinidamente e que ele depende de uma série de variáveis dentre as quais se encontra "a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais". Seguindo sua lógica de raciocínio, neste "processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio" (MOLINA E., 1999, p.146) tem prevalecido à progressiva deterioração do ambiente. A crise ecológica nos espaços de uso turístico, ou confronto de forças, caracteriza-se pela poluição e deterioração ambiental dos destinos e passa pela:

> Crescente população de turistas, e de residentes permanentes, que esgotam os centros turísticos, e por sua necessidade de crescer quantitativamente por meio da atração e concentração de capitais, que posteriormente, transformam-se [...] em unidades produtoras de serviços turísticos que apoiam sua operação em uma tecnologia prejudicial à qualidade ambiental (MOLINA E., 1999, p.147).

Beni (2001, p.47) também compreende o fenômeno do turismo numa perspectiva sistêmica, no qual este sistema é constituído por "subsistemas identificados nos conjuntos das Relações Ambientais, da Organização Estrutural e das Ações Operacionais do chamado SISTUR" (Sistema de Turismo), isto é, "os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, da superestrutura, do mercado, da oferta, da demanda, de produção, de distribuição e de consumo". Este sistema aberto e interdependente que ele apresenta defende a exploração racional do turismo, mas esse equilíbrio entre todas as esferas é que é o grande desafio da atividade.

Teoricamente o turismo baseia-se "na exploração de recursos naturais de caráter renovável, ou seja, inesgotáveis para o processo de produção que termina com a apresentação do produto final" (Molina E., 1999, p.62), mas na realidade, o turismo do modelo globalizante foi se transformando em atividade econômica "predatória dos recursos naturais" quando mal planejado.

No entanto, o turismo é visto, muitas vezes, como a solução para o desenvolvimento de muitas cidades e como fonte de geração de emprego e renda. Por tais motivos, muitas localidades procuram se inserir no mercado turístico em busca desses benefícios. Dentre eles, podemos citar além da geração de emprego e

renda, o desenvolvimento de infraestrutura local (acesso, indústrias, novas empresas, etc.). De acordo com Ignarra (2003, p.78), o turismo pode trazer ainda outros benefícios como: “gerar divisas estrangeiras”, “favorecer o entendimento e a paz mundiais”, “criar uma imagem externa favorável da localidade”, “incrementar o Produto Nacional Bruto”, “ter um grande efeito multiplicador”, “justificar a proteção e o melhoramento das condições ambientais”, entre outros.

Do ponto de vista econômico, o turismo traz muitos impactos positivos e o chamado efeito multiplicador promove o aquecimento de outros setores da economia, tais como a comercialização do artesanato local e o aumento de consumo de combustível, conforme explicam Archer e Cooper (2001, p.88):

> O crescimento do turismo [...] pode fornecer também um incentivo monetário para a comunidade de muitos artesanatos artísticos locais, ao passo que os hotéis para turistas criam um mercado para a produção local. Na verdade a introdução de uma indústria de turismo em tais áreas pode ter um efeito proporcionalmente muito maior sobre o bem-estar da população residente do que o resultante da mesma quantidade de turismo em partes mais desenvolvidas do país.

Por outro lado, existe uma outra vertente que questiona a eficácia da atividade turística como fator de desenvolvimento. Nesta visão, argumenta-se que o turismo tem um papel neocolonizador, criador de laços de dependência, que provoca diversos impactos ambientais e uma alta informalidade dos empregos, de qualidade questionável. Neste sentido, o turismo também pode, concomitantemente, promover alguns impactos negativos, tais como a especulação imobiliária, os empregos de baixa remuneração para a comunidade local, o aumento da prostituição, a espetacularização da cultura, a propagação de doenças oriundas de outros países ou cidades, a destruição de ambientes naturais não renováveis, o aumento da poluição e do lixo, entre outros. Além disso, muitas vezes, os equipamentos turísticos também não se harmonizam com o ambiente local e os “efeitos não são apenas cênicos, uma vez que o lixo e o esgoto desses empreendimentos frequentemente são descartados sem tratamento e poluem os rios e os mares das áreas de férias”. (ARCHER e COOPER, 2001, p.96).

Desta forma, o turismo é entendido como uma atividade complexa e contraditória, uma vez que mesmo ocasionando alguns impactos socioambientais

negativos também representa “uma força positiva que ajuda a conservar o ambiente” (ARCHER e COOPER, 2001, p.97), pois o meio ambiente é a primeira base da consolidação de um destino, e sua deterioração significa perda de interesse dos turistas e empresários.

Vale salientar que os impactos vão depender de algumas variáveis como o tamanho dos empreendimentos, o volume de turistas, das características do ambiente e dos métodos de planejamento e de gerenciamento adotados na sua implementação e consolidação (ARCHER e COOPER, 2001, p.97).

Implicações da crise ecológica e o turismo sustentável

Diante deste contexto de crise ecológica, e devido às pressões da mídia e das ONGs ambientalistas, muitas empresas e o próprio setor público se viram obrigados a repensar os modos de planejamento e desenvolvimento do turismo dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável, o que ainda não é unanimidade nem tampouco obrigatório. Isso ocorreu não apenas por uma questão ideológica de alguns agentes, mas pelo fato de que “o interesse do turismo no desenvolvimento sustentado é lógico, pois constitui uma indústria que vende o meio ambiente, físico e humano como seu produto. A integridade e a continuidade desses produtos tornaram-se a principal preocupação do setor” (MURPHY, p.187-188).

Vale ressaltar que a preocupação com o desenvolvimento sustentável se tornou mais evidente no Brasil a partir dos anos 60 quando a questão do crescimento econômico ilimitado foi criticada por diversos pesquisadores da época que acreditavam que “o mundo não poderia arcar com a quantidade de recursos consumidos e a poluição criada pelo crescimento econômico” (SWARBROOKE, 2000, p.6). Para Leff (2009, p.15), o princípio de sustentabilidade surgiu “no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”, questionando as bases da produção econômica, ou seja, o próprio capitalismo.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido com a divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, que apresentava os princípios do desenvolvimento sustentável e sua necessidade imperativa para os próximos anos

de garantir a sobrevivência da Terra e das espécies. Posteriormente, com a Conferência de Cúpula do Rio, em 1992, foi apresentada a Agenda 21 que enfatizava, por sua vez, o problema do aquecimento global e as principais metas a serem adotadas pelos países participantes "para regulamentar o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade" nos próximos anos (LEFF, 2009, p.20).

A indústria do turismo também foi pressionada e influenciada por este conceito, e foi a partir da década de 1980 que os estudantes, profissionais e gestores do turismo começaram a considerar as implicações do Relatório de Brundtland nas suas atividades (SWARBROOKE, 2000). Nesta época, surgiu o conceito de "turismo sustentável" e "turismo verde", que defendia "a redução dos custos e a maximização dos benefícios ambientais do turismo" (SWARBROOKE, 2000, p.13). Nos anos 90, a expressão "turismo sustentável" se tornou mais frequente e enfatizava a importância da comunidade local no desenvolvimento da atividade. Embora não haja um consenso sobre a definição de turismo sustentável devido a sua complexidade, Swarbrooke (2000, p.19) apresenta duas delas: "Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades" e "turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local".

Como resposta a esta crise ambiental e as pressões citadas, surgiram certificações ambientais, modelos alternativos, como o ecoturismo, e outras estratégias que ainda não são unanimidade e não resolvem a complexidade da questão ambiental. No discurso ambientalista mais crítico, permeia a ideia de que essas ações paliativas ou tecnologias ambientais promovidas pelo sistema capitalista não irão resolver a crise ambiental, mas sim legitimar o crescimento econômico dentro do sistema econômico vigente, o que não deixa de ser uma grande verdade e desafio da humanidade.

Leff (2009, p.28), por exemplo, acredita que o "discurso do desenvolvimento sustentável funciona como uma ideologia para legitimar as novas formas de

apropriação da natureza" e que a solução para a crise ecológica passaria por uma mudança de racionalidade produtiva através da construção de uma racionalidade ambiental que oriente a transição para um desenvolvimento sustentável, e isto requer, segundo sua visão, um conjunto de processos sociais:

> A formação de uma consciência ecológica; o planejamento transetorial da administração pública e a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais; a reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção como na aplicação de conhecimentos. A possível desconstrução da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental passa, pois, pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diversos atores sociais (LEFF, 2009, p.135).

A crise ambiental - e consequente necessidade de rompimento de racionalidade - passa por uma crise de valores, comportamentos, estilo de vida e também é analisada amplamente pelo economista francês Sachs (2002), que utiliza o conceito de *ecodesenvolvimento* como sinônimo de desenvolvimento sustentável, numa abordagem que se fundamenta na harmonização dos princípios econômicos, sociais e ambientais, apresentando uma nova ética de desenvolvimento. Sachs defende a ideia de que o *ecodesenvolvimento* pressupõe cinco dimensões de sustentabilidade (econômica, ecológica, social, espacial e cultural) que devem se adequar as realidades locais.

A questão da responsabilidade socioambiental dos empreendimentos turísticos: uma crítica aos ecoresorts

Para solucionar ou minimizar os impactos negativos da atividade, a conciliação entre o crescimento e a sustentabilidade pode ser traduzida em esforços de programas de responsabilidade socioambiental, entendida como um "sistema de gestão adotado por empresas públicas e privadas que priorizam o cuidado com a conservação ambiental" (ARAÚJO et al., 2008, p.6) e que buscam minimizar os impactos negativos do empreendimento nos locais onde estão instalados, conforme descrição abaixo:

> Empresas ambientalmente responsáveis costumam, além de procurar minimizar os impactos ambientais nos locais onde estão instaladas, através

> de medidas como a coleta seletiva de lixo, o uso eficiente e o reaproveitamento da água,o uso de fontes alternativas de energia, a recompostagem de resíduos sólidos, a utilização de madeira de áreas de reflorestamento e a reciclagem de matéria prima, realizar programas de educação ambiental, a fim de conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente (ARAÚJO et al., 2008, p.7).

A responsabilidade social, por sua vez, está associada ao compromisso de uma empresa em garantir benefícios sociais aos funcionários e/ou comunidades locais com a chegada do seu empreendimento:

> Responsabilidade social Corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (MELO NETO e FROES, 1999, p.87).

Antes de abordar o exemplo dos ecoresorts, é importante lembrar que os hotéis são responsáveis por gerar uma grande quantidade de lixo e apresentar um significativo consumo de água, energia, comida, material de limpeza e outros recursos necessários para a execução e o atendimento das rotinas diárias de operacionalização (VIEIRA E HOFFMANN, 2009). Contudo, foi somente na década de 1990 que estes empreendimentos começaram a apresentar uma postura mais ativa em favor da sustentabilidade. Isto foi percebido pela maneira como os novos hotéis estavam sendo construídos e pela forma de operacionalização de suas atividades, mais conscientes, por exemplo, em relação à energia, água e reciclagem do lixo (VIEIRA e HOFFMANN, 2009).

Embora não sejam obrigatórias, estas posturas ecologicamente corretas deveriam estar no centro de preocupações dos destinos turísticos, uma vez que “o meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações” (RUSCHMANN, 1997, p.111). Neste caso, caberia ao poder público exigir desses empreendimentos a implantação de sistemas de gestão ambiental para os resíduos produzidos e outras instalações como energias alternativas e reutilização de água bem como exigir um percentual de mão de obra local, na dimensão social, por exemplo.

No entanto, é somente considerando a preocupação com as duas esferas - ambiental e social – que é possível contribuir com o desenvolvimento sustentável do

turismo e a minimização dos impactos negativos nas comunidades locais. Os programas de responsabilidade socioambiental vêm responder as duas esferas, considerando as pressões da legislação ambiental de um lado e as omissões do poder público em relação às populações carentes do outro (ANDRADE, 2008).

No contexto nacional, alguns resorts, por exemplo, já possuem uma postura diferenciada de envolvimento com as comunidades locais. O Transamérica Ilha de Comandatuba (BA) e o Blue Tree de Angra dos Reis (RJ) "usam como política de relacionamento abrir as portas em dia determinado para a visitação de pessoas de sua circunvizinhança, com o intuito de criar um relacionamento de boa vizinhança e saciar a curiosidade dessas pessoas" (GUERRA FILHO et al., 2009, p. 43). Estes resorts também oferecem um programa de estágio para que as pessoas aprendam funções operacionais, se capacitem e tenham a oportunidade de se empregar no resort:

> Há, também, programas de vivência oferecidos à comunidade incluindo estágios nos *resorts* em período estrategicamente determinado para que as pessoas aprendam funções operacionais. Nessa vivência os estagiários recebem o uniforme, alimentação e uma ajuda de custo e são supervisionados por pessoal de treinamento dos recursos humanos dos *resorts*. Após o período de estágio, é criado um banco de pessoal para necessidades de contratação ou emprego temporário conforme a necessidade do hotel. Essas ações permitem capacitar pessoas da comunidade local, oferecem possibilidade de emprego e renda e garantem ao hotel pessoal disponível e capacitado para suas necessidades sazonais. É uma estratégia bem sucedida que garante bons frutos a todos os envolvidos, além de fortalecer a relação com a comunidade e permitir que mais pessoas conheçam melhor esses complexos hoteleiros (GUERRA FILHO et al., 2009, p. 43)

A rede Bourbon de Hotéis & Resorts é outro exemplo de empresa que possui ações de responsabilidade socioambiental, demonstrando "uma constante preocupação com a responsabilidade social e a ecologia"[3]. No site da empresa, são discriminados os projetos e ações que a rede apoia, tais como: O projeto Menor Aprendiz, da Guarda Mirim; o Programa de Estágios Remunerados (com subsídio parcial à educação), os incentivos às instituições educativas, as doações financeiras a instituições de caridade, o Projeto "Os Pinhais" de Curitiba (no qual jovens carentes recebem aulas ministradas voluntariamente por colaboradores da Rede e

[3] REDE BOURBON DE HOTÉIS & RESORTS. Compromisso com o futuro. Disponível em: < http://www.bourbon.com.br/br/institucional/responsabilidade-social.aspx>. Acesso: 21/09/2012.

ao final recebem certificado de formação em hotelaria) e campanha de educação ambiental com os hóspedes (através de cartazes, mensagens informativas e adesivos de conscientização para a redução do consumo de energia elétrica e água).

Muitas vezes, as empresas utilizam esses programas de responsabilidade social como publicidade para ganhar credibilidade no mercado e desta forma, esses programas (ANDRADE, 2008 p.316) "tornam-se inócuos ou com baixos resultados, atacando margens reduzidas do problema da desigualdade e injustiça social. Seu papel podendo limitar-se a reduzir tensões [...]".

Para tornar visível tal postura alguns resorts adotaram o termo "eco-resort" em suas denominações, como uma forma de agregar valor a sua imagem e obter vantagens competitivas em relação aos demais (ARAÚJO et al. , 2008). É o caso do Caesar Park Eco Resort do Cabo, situado na praia de Suape, em Pernambuco. O resort utiliza a tipologia "eco" na sua denominação para marcar "sua atitude ecologicamente correta, com uso consciente dos recursos naturais e minimização dos impactos ambientais" (ARAÚJO et al., 2008, p.2). Neste aspecto, possui "um sistema de reaproveitamento de água, um sistema de aquecimento solar, de separação e organização do lixo reciclável, com posterior venda para empresas de reciclagem, e um, ainda em processo inicial, sistema de recompostagem do lixo orgânico" (ARAÚJO et al., 2008, p.10). Outro exemplo é o Itacaré Ecoresort[4], na Bahia, que define sua filosofia como:

> Trilhas, praias, cachoeiras, plantações de cacau e a exuberância da vegetação formam o cenário do resort, inaugurado em 2000. Por estar localizado na Área de Proteção Ambiental Itacaré/Serra Grande, o compromisso com as questões de proteção do meio ambiente integra sua filosofia. Para garantir a integração e preservação da natureza, algumas medidas foram adotadas como o limite da circulação de veículos pela propriedade, reciclagem do lixo, tratamento de resíduos sanitários por meios biológicos entre outras ações.

O termo é justificado oficialmente pelo fato destes empreendimentos se situarem, geralmente, em locais com ampla paisagem natural e possuírem programas de gestão ambiental e de responsabilidade socioambiental. Mas na

[4] ITACARÁ ECO RESORT. Filosofia. Disponível em: <http://www.ier.com.br/pt/resort/filosofia/>. Acesso: 21/09/2012.

prática é possível perceber que a maioria dos resorts que se intitulam “eco” na realidade não possuem nenhuma postura ética condizente com o termo e não fazem nenhuma referência a alguma ação ou filosofia empresarial nos seus *sites* virtuais.

O problema é que muitas empresas estão utilizando o termo sem nenhum comprometimento ético, ou ainda apenas como uma forma de marketing ambiental, buscando melhorar sua imagem mediante o poder público e sociedade. Muitos resorts associam o termo “eco” exclusivamente ao fato dos empreendimentos estarem situados em áreas de preservação, matas ou ainda possuírem atividades de turismo de aventura ou ecológico, como canoagem e trilhas.

Desta forma, a responsabilidade socioambiental e os chamados “ecoresorts” só podem contribuir com o desenvolvimento sustentável quando estão associados a valores éticos socioambientais, e não só a uma visão de custo-benefício e marketing. Leff (2009) já enfatizava no seu livro *Saber Ambiental* a necessidade de formação de uma nova racionalidade ambiental fundada em uma nova ética que favorecesse comportamentos humanos em harmonia com a natureza; princípios de uma vida democrática e valores culturais que dão sentido à existência humana. Para Leff (2009, p. 85):

> Estas se traduzem num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa.

Não obstante, os resorts que realmente seguem este caminho podem contribuir com o desenvolvimento do turismo sustentável e assumirem um papel pioneiro na transformação dos valores e práticas do turismo de massa, o que pode ser entendido como uma alternativa possível e eco-eficiente de minimizar os impactos negativos causados por estes empreendimentos de grande porte.

Todavia, não se pode perder de vista que o debate sobre o desenvolvimento sustentável perpassa essas questões paliativas que não promovem uma ruptura com o sistema de acumulação capitalista que concentra as riquezas nas mãos de poucos. A crítica se insere no modelo de *globalização perversa* que Milton Santos (2001) descreve como promotora de desigualdades sociais. Neste sentido, a globalização e o desenvolvimento trazido pelo sistema capitalista favorecem apenas

uma pequena parcela da população e promovem uma verdadeira tirania do dinheiro e da informação, onde o território está a serviço do dinheiro e não da humanidade (SANTOS, 2001).

Neste contexto, outros modelos de desenvolvimento de turismo estão emergindo de forma a incluir as comunidades locais nos processos de planejamento e gestão, e não apenas operacionalização da atividade. Vale salientar que estes modelos não visam substituir o modelo convencional de turismo, mas representam uma resposta dos movimentos locais e uma força frente às tendências de turismo globalizantes.

Considerações Finais

Desta forma, fica evidente a complexidade e dificuldade de conciliação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade no turismo. Atualmente, fala-se amplamente em desenvolvimento local, isto é, em um desenvolvimento que siga a dinâmica e necessidades de cada localidade e não um modelo imposto que não atenda as necessidades básicas da população se tornando mais um fator de exclusão e degradação do que equidade social e sustentabilidade. Machado (2002, p.74) corrobora desta ideia ao afirmar que falta “um projeto nacional com metas diretamente vinculadas aos interesses locais /regionais e que, de fato, possibilite um desenvolvimento integral dos cidadãos, respeitando-se suas tradições e potencialidades de seus espaços ecologicamente vitais”.

O desenvolvimento sustentável enfrenta ainda muitos outros entraves, como o fato de seus princípios não serem seguidos pelos países mais ricos e industrializados, a dificuldade de se chegar a acordos concretos, a influência da instabilidade das políticas públicas, a apropriação do discurso “verde” sem o verdadeiro comprometimento ético, mas apenas por interesses econômicos (economia de recursos renováveis) ou políticos (quando a sustentabilidade é pré-requisito para solicitação de verbas) entre outros exemplos. Além disso, a necessidade de se alcançar o grau de consumo atingido pelas sociedades industrializadas também é um fator a ser repensado. Por que todos os países devem desejar e seguir o mesmo modelo de desenvolvimento? Diegues (1996, p.24)

aborda a questão com ênfase nas “sociedades sustentáveis”, acreditando que o problema reside no estilo de desenvolvimento e não no desenvolvimento sustentável designadamente. Deste modo, ele acredita que cada sociedade deve estruturar sua própria sustentabilidade “segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica”. O autor acredita que o conceito de sociedades sustentáveis parece ser mais adequado “na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural” (DIEGUES, 1996, p.25).

Não obstante os desafios indicados, o desenvolvimento local sustentável ainda parece ser o caminho mais indicado em direção a uma sociedade mais justa e consciente nas esferas econômica, social e ambiental. Trata-se de um processo lento e gradativo, porém necessário. É certo que toda atividade econômica é geradora de impactos, mas os impactos negativos podem ser minimizados quando se planeja a atividade turística seguindo os princípios da sustentabilidade.

Referências

ANDRADE, Maristela Oliveira de. Responsabilidade social e economia solidária: estratégias para a sustentabilidade social. In ANDRADE. M.O.A. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: bases para uma formação interdisciplinar.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2008, p.307-323

ARAÚJO, Medéia; MENEZES, Natália Elisa; CAVALCANTI, Teresa Maria. Resorts e responsabilidade ambiental: O caso da reutilização da água no Caesar Park Eco Resort do Cabo em Cabo de Santo Agostinho-PE. **Anais do II Seminário Internacional de turismo internacional.** Fortaleza, CE, 2008.

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os impactos positivos e negativos do turismo. IN: THEOBALD, William. **Turismo Global**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

GUERRA FILHO, Newton; BAHIA, Eduardo; Ferreira, Wanyr. **Ações ambientais e sociais de hotéis resorts sob a ótica dos residentes da comunidade local.** REUNA, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 29-47, Mai. - Ago. 2009.

IGNARRA, Luiz. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MACHADO, Ewerton. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In: **Turismo e Meio Ambiente; Reflexões e Propostas.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MELO NETO, Francisco, FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial.** Editora Qualitymark, 1999.

MOLINA E., Sergio. **Turismo e Ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MURPHY, Peter. Turismo e desenvolvimento sustentado. IN: THEOBALD, William. **Turismo Global.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 11ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 5. ed. Rio de Janeiro : Record, 2001.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

VIERA, Eleonora Viera de et al. Atores e práticas de sustentabilidade ambiental em empreendimentos hoteleiros. In: **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Arlindo Philippi Jr, Doris Van de Meene Ruschmann, editores. Barueri, SP: Manole, 2009.